

**A EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA MODERNA NA REGIÃO
AMPLIADA DE ARTICULAÇÃO DE BRASÍLIA:
TENDÊNCIAS RECENTES**

**THE EXPANSION OF MODERN AGRICULTURE IN THE
EXPANDED REGION OF ARTICULATION OF BRASÍLIA:
RECENT TRENDS**

Sergio Magno Carvalho de Souza

Professor do Instituto Federal de Brasília – Campus Riacho Fundo
Membro do Grupo de Pesquisa GEOTECER: Geografia, Território, Ensino e Cerrado
Av. Cedro, AE 15, QS 16 – Riacho Fundo I, CEP: 71.826-006, Brasil
E-mail: sergio.carvalho@ifb.edu.br

Recebido 30 de Março de 2020, aceito 11 de Junho de 2020

Resumo: No momento atual de produção do espaço pelo capitalismo, surgem novas formas de organização espacial da produção, apontando para novas relações possíveis entre os espaços urbanos e metropolitanos e os espaços produtivos. O processo recente de expansão de atividades modernizadas da agropecuária em municípios vizinhos ao Distrito Federal tem levantado dúvidas em torno das relações de Brasília, metrópole terciária, com o setor produtivo em seu espaço de influência. Neste trabalho o espaço considerado é a Região Ampliada de Articulação de Brasília, assim definida pelo IBGE. O objetivo é analisar e mapear as tendências mais recentes da expansão da agropecuária moderna na Região Ampliada de Articulação de Brasília, situando tal processo em torno do espaço metropolitano de Brasília. Parte-se da premissa de que o processo tem apresentado expansão com proximidade ao espaço metropolizado de Brasília, porém mantendo sua tendência concentradora, repetindo o ocorrido em outros espaços marcados pelo avanço da agropecuária moderna. A metodologia adotada partiu, inicialmente, da reconstituição

histórica da produção do espaço regional de Brasília por meio da implantação (ou formação) e posterior expansão de dois processos: a expansão da agropecuária moderna e a expansão metropolitana de Brasília. Num segundo momento, o trabalho analisou os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário IBGE de 2017, identificando os principais setores onde tende a ocorrer atividades da agropecuária mais moderna e como estas se distribuem na região em estudo. Os resultados apontaram para uma tendência de expansão dessa atividade em municípios a leste do Distrito Federal: além do casos de Paracatu e Unai (estimulados pela ação do Governo Federal ainda na década de 1970), há um avanço para Cristalina (que se coloca como principal produtor de grãos da região), Luziânia e Buritis. Os resultados demonstram ainda uma importante participação do Distrito Federal no processo (produção de grãos e avicultura). Por outro lado, municípios pequenos do nordeste goiano demonstram alguma participação na produção da pecuária bovina, com padrão espacial mais disperso e menores indícios de modernização, sendo que essa atividade foi fundamental na formação histórica da região e permanece como base da economia dos espaços menos modernizados. Dessa forma, é apontada uma contradição na medida em que Brasília tem mantido seu papel como metrópole terciária, mas tem participação, com porções do seu território, na moderna produção agrícola da região. Além disso, verifica-se que o processo de expansão da agropecuária moderna é mais concentrado do que parte da literatura sugere, não ocorrendo como um eixo coeso comum, mas apresentando a formação de núcleos.

Palavras chave: Modernização do campo, Cerrados brasileiros, Brasília metropolitana, articulação regional.

Abstract: In the actual moment of production of the space by capitalism, new ways of the spatial organization of production emerge, pointing to new possible relations between urban and metropolitan spaces and productive spaces. The recent process of expansion of modernized agricultural activities in neighbouring municipalities of Federal District has risen doubts about the relations of Brasília, a tertiary metropolis, with the productive

sector in its space of influence. In this paper, the space considered is the Expanded Region of Articulation of Brasília, defined by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The objective is to analyse and map the more recent trends of the expansion of modern agriculture in the region selected for the study, situating this process around the metropolitan space of Brasília. It has as a premise that this process is showing expansion with proximity from the metropolitan space of Brasília, but keeping a concentrator trend, repeating what occurs in other spaces marked by the expansion of modern agriculture. The adopted methodology started, initially, from the historical reconstitution of the production of the regional space of Brasília since the implantation (or formation) and expansion of two processes: the expansion of the modern agriculture and the metropolitan expansion of Brasília. In a second moment, the paper analysed the data provided by the IBGE Agricultural Census 2017, identifying the main sectors in which tends to occur the most modernized agricultural activities and how these activities are distributed in the region studied. Results pointed to a trend of expansion of this activity in municipalities in the east of Federal District: beyond the cases of Paracatu and Unai (stimulated by the Federal Government actions in the 1970s), there is an advance towards Cristalina (highlighted as the main grain producer), Luziânia and Buritis. The results also demonstrated important participation of the Federal District in the process (grain production and poultry farming). On the other hand, small municipalities in the northeast of Goiás have shown some participation in the production of a cattle ranch, with a more dispersed pattern and few traces of modernization, this activity being fundamental in the historical formation of the region and remains as an economic base for the less modernized spaces. In this way, a contradiction was verified, as Brasília has maintained its role as a tertiary metropolis, but has a participation, with parts of its territory, in the production of the regional modern agriculture. Besides, it is verified that the process of expansion of modern agriculture is more concentrated than that suggested by the literature, not occurring as a cohesive axis, but presenting the formation of cores in specific spaces.

Keywords: Modernization of the field, Brazilian savannah, the metropolis of Brasília, regional articulation.

1. INTRODUÇÃO

No período recente, o capitalismo tem se caracterizado, entre outras coisas, pela hegemonia da finança, a qual torna-se o cerne da reprodução e ampliação do sistema e não propriamente a produção (Chesnais, 2005). Isso leva a uma organização espacial variada, fruto de um capitalismo variegado como sugere Dicken (2011), tornando-se mais difícil a apreensão de uma divisão internacional do trabalho clara, havendo uma articulação multiescalar da organização produtiva. Entre as muitas consequências desse novo momento, está o impacto sobre a região, altamente questionada dada a enorme fragmentação promovida pelo capital. Santos (2008) demonstra que esta passa a ser o resultado não apenas de sua organização interna, mas o resultado entre as relações horizontais e as verticais – essas últimas como interferência de agentes alheios à região, mas com enorme poder de alterar sua produção.

Tal parece ser o que ocorre em regiões afetadas pela expansão das atividades modernas da agropecuária. Elias (2006) aponta que os espaços alvos desse processo passam a apresentar maior heterogeneidade em função das tendências seletivas do capital. Muitas são as consequências desse processo, como o agravamento das tensões fundiárias e as mudanças nas relações de trabalho. Sobre a associação dessa com a rede urbana, Elias & Pequeno (2007) falam nas chamadas “cidades do agronegócio”, cuja principal função é coordenar o processo produtivo nos espaços regionais, implantando as ordens e diretrizes vindas de centros urbanos afastados e de hierarquia superior.

Por outro lado, parece ainda reduzida a discussão em torno do papel que espaços metropolitanos podem ter em meio à expansão da agropecuária moderna, especificamente quando tal tendência ocorre em sua região de influência. Tal debate tem como pano de fundo a discussão sobre a função das metrópoles na organização de suas regiões imediatas, com autores defendendo um papel de

menor preponderância (Sassen, 1991; Castells, 1999) e outros que apontam para uma associação entre os espaços urbanos e metropolitanos e suas regiões como forma de inserção dessas na economia global (Scott *et al*, 2001). Lencioni (2015) usa do conceito de megarregião para tratar do arranjo espacial tido entre São Paulo e Rio de Janeiro, apontando para a existência de uma nebulosa urbana que compreende não apenas os espaços urbanizados em si, mas outros sob sua influência, cuja unidade seria dada pela integração de partes fragmentadas, aparentemente soltas pelo espaço.

No caso específico de Brasília – metrópole terciária, segundo Paviani (1985) – a questão se coloca justamente por seu histórico ligado à administração pública federal e a ausência, neste histórico, de um setor secundário forte, casos de alguns dos espaços metropolitanos brasileiros, em especial os da região sudeste. Não há, assim, como descrever um processo de realocação industrial recente das periferias da metrópole brasiliense para algum espaço mais interiorizado. Por outro lado, o estudo de Carvalho de Souza (2016) apontou para o avanço da agropecuária moderna no espaço da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF). Em tal estudo, contudo, ficou claro que o processo de expansão desta atividade, aparentemente à leste do Distrito Federal, extrapola os limites daquele recorte regional, exigindo sua ampliação. Surge daí o interesse em ampliar a análise sobre a agropecuária moderna a partir da proposta do IBGE (2013) na pesquisa “Divisão Urbano-Regional”, por meio da Região Ampliada de Articulação de Brasília – dada sua ligação com outra pesquisa do mesmo instituto, Regiões de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2008). Além disso, com a recente divulgação dos dados consolidados do Censo Agropecuário IBGE de 2017 (IBGE, 2019), torna-se possível ter um quadro mais atualizado da agropecuária na região selecionada para estudo.

Considerando tal discussão, este trabalho tem como objetivo analisar e

mapear as tendências mais recentes da expansão da agropecuária moderna na Região Ampliada de Articulação de Brasília, situando tal processo em torno do espaço metropolitano de Brasília. Parte-se da premissa de que o processo tem apresentado expansão, porém mantendo sua tendência concentradora, repetindo o ocorrido em outros espaços marcados pelo avanço da agropecuária moderna, com proximidade ao espaço metropolizado por Brasília.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Com a finalidade de realizar o objetivo posto, o trabalho executou, inicialmente, uma revisita ao processo de produção do espaço regional de Brasília, feita por meio de revisão bibliográfica, a partir da implantação da cidade, buscando aí identificar os principais agentes e processos produtores de seu espaço regional.

Em seguida, para medir as tendências de modernização na região e considerando os dados disponíveis, considerou-se que um indicador de relevância é o valor da produção, indicativo da importância de uma determinada atividade na economia regional¹. De forma acessória e preparatória, foi realizada preliminarmente uma análise sobre o PIB dos municípios da região em estudo, por meio da Pesquisa do Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2018). Os dados analisados dizem respeito ao Valor Agregado Bruto (VAB) dos municípios da região em estudo, com destaque para o setor agropecuário. Para este dado, foi feita a análise do VAB ao PIB dos municípios, com atenção para o setor agropecuário. O interesse era em uma radiografia mais ampla (apesar de menos precisa) em torno da participação da agropecuária na economia dos municípios em estudo.

¹ Estudos como Ferreira Júnior *et al* (2004) e Santos *et al* (2011) consideram o valor da produção em sua cesta de indicadores, ao estudarem processos de modernização na agropecuária. Em caso especialmente mais próximo do da região de estudo, há o trabalho de Buainain *et al* (2018), para a região do chamado “Matopiba” (região cujo nome deriva das sílabas iniciais dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde há avanço da moderna agropecuária em espaços de Cerrados).

Relativo ao Censo Agropecuário IBGE de 2017, foram analisados dados sobre o valor da produção dos principais produtos da agricultura (lavouras temporárias, cujos selecionados foram milho em grãos e soja em grãos), e alguns produtos de origem animal (dos rebanhos de bovinos e aves). No caso da lavoura temporária, a escolha desses produtos encontra justificativa no modelo de modernização da agropecuária corrente nos Cerrados brasileiros, com importante papel dos produtos dessas lavouras (Buainain *et al*, 2018). Os produtos foram selecionados a partir de sua participação no total do valor produzido na região. Em seguida, a partir dos dois de maior participação (anteriormente discriminados), passou-se a um estudo do valor da produção desses. Nesse sentido, foi calculada a participação, em percentual, de cada um dos municípios da região no valor produzido para a soja em grãos e milho em grãos, com a finalidade de compreender em quais municípios há maior tendência de concentração dessa produção. Considerando os valores máximos e mínimos (dos percentuais), foram estabelecidas cinco faixas de valores, com intervalos iguais. Tal procedimento auxiliou na desconsideração de casos de muito baixos percentuais, com foco onde efetivamente as atividades têm maior significância.

Para os produtos da pecuária, estes foram selecionados a partir de processo um pouco diferente, considerando não haver um dado global sobre o valor da produção (tanto da pecuária de corte quanto dos produtos de origem animal). Foi feito um cálculo a partir do tamanho dos rebanhos, por meio do número de cabeças. A fim de dar maior peso aos rebanhos escolhidos e para uma análise mais profunda, considerou-se ainda estudos sobre o tema, em especial a análise de Barreira (2002). Considerando os rebanhos selecionados, foi realizado o mesmo procedimento das lavouras temporárias, descrito acima, para os seguintes produtos: valor da venda²

²No caso das cabeças de bovinos e de aves (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos) foi escolhido o valor de venda por conta da inexistência do dado “valor da produção”. A seleção desses produtos busca ainda analisar os valores relacionados à pecuária de corte e foram os mais próximos encontrados para isso (não constam na pesquisa dados mais amplos sobre valor da venda de carnes de bovinos ou aves).

de cabeças de bovinos e valor da produção de leite de vaca; valor da venda de cabeças de aves (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos – valor da venda) e valor da produção de ovos de galinha. Os resultados de todas essas etapas (tanto para o VAB ao PIB dos municípios, produtos da lavoura temporária e produtos da pecuária) foram apresentados por meio de mapas, confeccionados a partir das bases cartográficas do IBGE e utilizando o *software* Quantum GIS (QGIS).

Finalmente, para sintetizar as informações, foi produzido ainda um último mapa para localizar e apontar as tendências das atividades da agropecuária moderna na região em estudo. Para sua composição, foram considerados e marcados os municípios com atividades nos três extratos superiores dos mapas anteriormente apresentados. Houve o agrupamento de atividades, considerando o padrão espacial próximas delas e foram adicionadas outras informações consideradas no decorrer da realização do estudo.

3. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL DE BRASÍLIA

A formação do espaço regional sob influência de Brasília aponta para a existência de um espaço anterior marcado pela dificuldade em sua inserção no processo de modernização empreendido pelo Estado brasileiro no século XX, em especial na administração de Getúlio Vargas. A iniciativa da Marcha para o Oeste, que teve no Estado de Goiás um de seus principais espaços de ocorrência, acabou por não conseguir a contento incluir o espaço do que viria a ser futuramente a capital federal. Miragaya (2010) aponta para a existência, no espaço da futura capital, de uma economia ligada à pecuária extensiva, sem grandes traços da modernização que então ocorria, quando do início do processo de construção. Tal perspectiva é compartilhada por Barreira (2002) ao abordar em específico a região do Vão do

Paraná¹, apontando que, entre as décadas de 1920 e 1960, o espaço aprofundou seu isolamento em função da perda de importância da pecuária para a política econômica do Estado de Goiás. O processo de modernização de Goiás ocorreu numa lógica do sul/ sudeste em direção ao norte, impondo ao espaço onde viria a se constituir Brasília um quadro de maior isolamento, no momento do início de sua construção (nem mesmo a alteração da capital do Estado para Goiânia, na década de 1930, conseguira romper tal quadro).

Considerando o processo de formação regional de Brasília², segundo Carvalho de Souza (2016), dois processos seriam os essenciais: a expansão metropolitana de Brasília e a expansão da agropecuária moderna. O reconhecimento de Brasília como metrópole ocorre em meados da década de 1980, sendo os estudos de Paviani (1985) essenciais para isso. Já a agropecuária moderna foi implantada como fruto da modernização da agricultura nos Cerrados brasileiros, em especial a partir da década de 1970. Uma análise conjunta da evolução desses dois processos sugere como periodização um primeiro momento, entre 1957 e 1985, nos quais ocorreram suas fases iniciais (ou preparatórias).

Tais processos ocorreram no contexto inicial da construção da Capital Federal como projeto de integração do território nacional. O projeto desenvolvimentista via na construção da cidade a possibilidade de ampliação do mercado interno e da promoção de uma ocupação mais efetiva do território. Este segundo objetivo

¹ Essa região é constituída por um grupo de municípios do nordeste goiano em cujos territórios se localiza a bacia do Rio Paraná, dando a esses coesão regional por sua formação histórica comum. Em seu estudo, Barreira (2002) considera o seguinte rol de municípios: Alvorada do Norte, Divinópolis, Flores de Goiás, Guarani, Iaciara, Posse, São Domingos e Simolândia. Considerando a atual Divisão Regional do Brasil, proposta pelo IBGE (2017), os municípios dessa região estão majoritariamente circunscritos na região geográfica imediata de Posse-Campos Belos.

² Neste primeiro momento, para o interesse deste trabalho, não há a preocupação em delimitar o espaço regional de Brasília - que fora primeiramente delimitado pela Região Geoeconômica de Brasília, na década de 1960, porém com espaço maior que o efetivamente aqui estudado. Para efeitos de uma espacialização dos processos analisados nessa fase, pode-se considerar a extensão da Região Ampliada de Articulação de Brasília, que será posteriormente apresentada.

seria ainda mais reforçado durante a ditadura militar, tendo uma conotação, entretanto, não apenas de ocupação demográfica do espaço, mas sim produtiva. Em termos de uma escala regional mais imediata, como dito, havia a ideia da existência de um vazio demográfico a ser ocupado e de Brasília como promotora da modernização desse espaço.

É assim que as ações de gestão do território tiveram na figura do Estado um ator fundamental, tendo em vista a preocupação deste em não apenas integrar o território, mas também incluir produtivamente os espaços. Num primeiro momento e para o espaço regional brasiliense, há um predomínio da política voltada ao desenvolvimento regional em detrimento de uma política metropolitana (considerando que, no início do período em estudo, não havia um fato metropolitano a ser gerido). Dentre as principais políticas, em âmbito federal, destacam-se dois programas criados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de 1975: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB).

O primeiro tinha como objetivo a incorporação de novos espaços produtivos, voltado ao avanço de uma agropecuária moderna no espaço dos Cerrados brasileiros. Foi organizado a partir de linhas de atuação, que compreendiam desde a infraestrutura necessária ao avanço produtivo (como a construção de estradas vicinais) até o avanço em inovação e tecnologia - com incentivos a universidades e a instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (MINTER & SUDECO, 1975). Quanto ao espaço de atuação, Barreira (2002) aponta maior proeminência, no Estado de Goiás, na área em torno de Rio Verde e de Gurupi – esta última atualmente Estado de Tocantins. Em Minas Gerais, uma das regiões de atuação foi a do Vale do Paracatu, abarcando os municípios de Unaí e Paracatu (Faria de Jesus, 1988).

Já o PERGEB tinha como objetivo mais amplo a preservação do espaço de Brasília enquanto capital, armando para isso um aparato no território que visava reduzir a migração para este espaço. Teve uma atuação em áreas-programa, com destaque para as áreas como o Vão do Paranã no qual a orientação era ampliar o aproveitamento de sua potencialidade agrícola, e para o Eixo Ceres-Anápolis, cujos projetos deviam estar voltados a absorver os contingentes demográficos (MINTER & SUDECO, 1975). De forma efetiva, houve a criação de novos municípios, caso de Alvorada do Norte, e a atuação em torno da regularização fundiária no sentido de buscar a permanência na terra. De forma contraditória, isso acabou por levar ao aumento das migrações para o Distrito Federal, já que permitiu a valorização da terra (num momento de inserção do nordeste goiano no espaço produtivo do estado) e a consequente venda e migração para o centro urbano mais próximo (Barreira, 2002). Em relação a outros efeitos práticos da atuação dos dois programas, Cavalcanti & Barreira (2011) indicam a primazia do POLOCENTRO sobre o PERGEB, o que contribuiu para o fracasso dos propósitos do segundo programa, não havendo contenção significativa do fluxo migratório para Brasília.

Além dos referidos programas em âmbito federal e com escala mais ampla, houve outras iniciativas com escala de atuação menor. No âmbito do Distrito Federal há o caso do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEFE), de 1967, cuja atuação esteve sempre mais ligada a medidas compensatórias pela própria construção da capital, não estando aliado a um plano/ perspectiva maior de desenvolvimento (Freitag, 2012). No âmbito do Distrito Federal, podem ser destacadas ações referentes ao planejamento urbano da cidade que ia sendo construída e se consolidando. Num primeiro momento, de forma mais restrita, as ações foram balizadas pelo próprio Plano Piloto de Brasília, que previa um modelo modernista de cidade, porém não abarcando soluções mais claras para o restante do território. Na década de 1970, para

preencher essa lacuna, outros instrumentos são elaborados, com destaque para o Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal (PEOT), de 1977, cuja premissa maior foi a orientação do crescimento da cidade no eixo sul/sudoeste, além da preservação da Bacia do Lago Paranoá de ocupação urbana mais intensa. Pode-se dizer que o PEOT reconheceu e legitimou a política de construção de cidades-satélites no Distrito Federal (tendência anterior à própria inauguração da cidade, com a construção de Taguatinga em 1958) e deu a tal política um viés de preservação do conjunto urbanístico do Plano Piloto com fundo ambiental.

O Estado de Goiás atuou a partir de um planejamento regional mais claro a partir da década de 1960, iniciando alguma concorrência com ações que já estavam em curso no âmbito do Governo Federal. Arrais (2007) aponta para a importância do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, do governo Mauro Borges (1961-1964), cujas ações foram direcionadas especialmente para o setor agropecuário. Como efeito, houve a construção de novas cidades (um pouco como efeito da própria construção de Brasília). As ações para o desenvolvimento do espaço goiano em torno do Distrito Federal continuaram na década seguinte, na administração de Irapuan Costa Júnior (1975-1979), porém com reduzida efetividade, já que o foco aí esteve na implantação de distritos industriais em alguns dos municípios goianos.

Como resultado de tais ações, ocorre a implantação da agropecuária moderna no espaço regional de Brasília. Tal processo ocorre em decorrência das ações do Governo Federal e menos dos governos estaduais, em especial pelos resultados no POLOCENTRO. Faria de Jesus (1988) aponta para o crescimento das áreas de lavouras temporárias e de pastos artificiais no espaço do Vale do Paracatu entre 1975 e 1985, o que dá indícios da passagem de uma agropecuária de subsistência para uma com tons mais modernos. Para o Vão do Paranã, Barreira

(2002) pondera que, ainda que não tenha ocorrido um processo mais amplo de modernização, inicia-se, a partir da década de 1970, alguma modificação no modelo de pecuária extensiva da região, com espaços em torno da BR 020 passando por valorização da terra e métodos mais modernizados. Isso faz com que, no âmbito do espaço sob influência de Brasília, três municípios se destaquem como pontos iniciais desse processo de modernização: Unaí e Paracatu em Minas Gerais e Formosa, em Goiás. Este último município passa a ter um papel de apoio no processo de modernização então em curso no nordeste goiano, um pouco por cumprir a função de “boca de sertão”³ e em parte por ser vizinho imediato do Distrito Federal.

O outro processo em curso, a formação metropolitana de Brasília baseia sua existência nas ações de planejamento e gestão do território urbano do Distrito Federal, tendo como premissa mais clara os instrumentos de planejamento e a preservação do conjunto do Plano Piloto (o que, como se viu, foi alvo mesmo da política de escala regional). Isso levou à produção do espaço urbano calcado na segregação socioespacial, por meio das ações de remoção de “invasões”, levando à produção do espaço das cidades-satélites. Tal processo, contudo, não se restringiu apenas ao espaço do Distrito Federal, ampliando-se para a periferia goiana, tendo como um de seus motivadores o preço da terra no quadrilátero em comparação com os municípios vizinhos. Ferreira (1985) vê aí ampliação do processo que ocorrera já antes da fundação de Brasília. O fato de já na década de 1970 ter se iniciado a ampliação do espaço urbano para além do Distrito

³ Nome em geral atribuído a municípios que antecedem um espaço considerado de “sertão” – em especial pela sua reduzida ocupação demográfica. Sua função está ligada à prestação de serviços a esta área menos povoada, além de servir, em diversos casos, como ponta de lança do processo de modernização. A definição de “sertão” é pouco precisa, sendo, em geral, fruto da forma como os espaços mais povoados (no caso brasileiro o litoral) enxergam os espaços afastados – o interior. A oposição sertão-litoral (ou sertão-centro) sempre deu a noção do primeiro como espaço rude, selvagem e incivilizado, especialmente no curso da ocupação do território brasileiro. (Becker & Egler, 1993).

Federal (seja pelo crescimento das franjas urbanas ou pela ampliação de espaços preexistentes) aponta para a formação do espaço metropolitano. A metrópole era formada, assim, pelo espaço central do Plano Piloto, pelas cidades-satélites construídas, pelos espaços ocupados irregularmente e pela periferia goiana que ia crescendo. Por essa formação em espaços de assentamento dispersos pelo território, com amplos espaços vazios, dependência do centro principal e resultado da ação do Estado, Paviani (1988) classifica tal forma urbana-metropolitana como “polinucleada”.

Um segundo período pode ser delimitado a partir de 1985 até os dias atuais, no qual há a expansão e predomínio dos dois processos que embasam a análise em curso (a expansão da agropecuária moderna e a expansão metropolitana de Brasília). O contexto, nesse caso, aponta para uma reorientação das formas de atuação do Estado, sob a égide do neoliberalismo. Assim, as ações do Estado, em especial as de planejamento, acabam esvaziadas, prejudicando as ações de desenvolvimento regional. Muitas das ações de desenvolvimento passam a ter a ideia do Estado como subventor do setor privado, em especial por meio do uso de mecanismos de crédito. Por outro lado, com a Constituição Federal de 1988, há uma descentralização na possibilidade de criação das Regiões Metropolitanas (função legada aos Estados-membros) e um estímulo ao planejamento urbano, por meio da obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores (municípios com mais de 20 mil habitantes). A orientação neoliberal na economia apontou também para a abertura do mercado nacional, além de um esforço mais concentrado na exportação de produtos primários, o que foi essencial no avanço de processos de modernização agrícola no espaço dos Cerrados brasileiros. Salama (2016) liga esse processo à desindustrialização do país, salientando que tal tendência foi comum a governos tanto de direita quanto de esquerda no Brasil.

Conforme posto, o período aponta para a perda de importância das ações de gestão do território relacionadas às políticas regionais (ou de desenvolvimento regional). Há alguma retomada do tema, em âmbito federal, com os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, inserido no Programa Brasil em Ação, (Brasil, 1996). Tal Programa, contudo, tinha uma perspectiva de integração e desenvolvimento a partir de eixos logísticos, visando a integração dos espaços nacionais ao mercado estrangeiro. Posteriormente, outra iniciativa de destaque foi a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de 2007, que buscava a redução das desigualdades do nível de vida entre as regiões brasileiras, por meio de uma tipologia para as microrregiões brasileiras (Brasil, 2007). Recentemente, a política foi modificada por meio do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 (Brasil, 2019), a fim de incluir novos objetivos, em especial para espaços com perda de população e buscando a diversificação econômica de áreas com predomínio da produção de *commodities*. No âmbito da PNDR (tanto da antiga quanto da atual) a RIDE-DF é posta como espaço prioritário de atuação.

Em escala mais específica, a principal forma de atuação do Estado, no período e em torno de uma política regional, tem sido a RIDE-DF. Institucionalizada por meio da Lei Complementar nº 94/ 1998 (Brasil, 1998), sua criação deveu-se a um processo maior em torno da institucionalização de um espaço metropolitano para Brasília, cujo resultado acabou por aproximá-la mais da política regional que da metropolitana (CODEPLAN, 1997; Carvalho de Souza, 2017). As ações na RIDE-DF são (ou deveriam ser) coordenadas por meio de seu Conselho Administrativo (COARIDE), órgão atualmente abrigado na estrutura administrativa da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Apesar de ser considerada como espaço prioritário pela PNDR, claramente não há uma política específica para a região, nem um conjunto de instrumentos que possa aí atuar de forma minimamente satisfatória. A gestão do

espaço é marcada, assim, por uma escassez de ações coordenadas, sendo mais clara a atuação de órgãos singulares, por meio de suas próprias políticas públicas.

De forma mais efetiva, a política regional tem se centrado na atuação do Estado como financiador do desenvolvimento, em especial por meio de alguns fundos públicos. Em âmbito federal destaca-se o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que tem possibilidade de atuação em diversos setores e com tomadores de recursos de diversos portes (desde microempreendedores individuais até empresas de médio e grande porte), atuando em dois grupos principais: o FCO empresarial e o FCO rural. Muito próximo ao FCO está o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), cuja atuação é mais direcionada a projetos estruturantes na região. Outros mecanismos importantes de financiamento da produção são algumas linhas e fundos estaduais, com destaque, no Estado de Goiás, para a atuação da agência Goiás Fomento. À exceção do FDCO, os outros instrumentos mencionados têm atuação bastante direcionada, na região em estudo, para o setor agrícola.

No âmbito metropolitano, as ações de gestão apresentam-se ainda mais fragmentadas e menos eficazes. Isto porque, em função da não existência de uma Região Metropolitana de Brasília, há dificuldade de formulação de um planejamento comum para as diversas agências/ entes de governo, levando a uma atuação setorializada e com reduzida segurança jurídica. Algumas iniciativas têm sido tomadas nesse âmbito, com destaque para a formalização do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e de Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás (CORSAP DF/GO), cuja principal missão é auxiliar o Distrito Federal e alguns de seus municípios vizinhos a cumprir os preceitos da legislação referente ao manejo de resíduos sólidos. O consórcio, entretanto, tem realizado poucas ações efetivas, contando com problemas como a inadimplência de alguns municípios em relação às suas obrigações e reduzida efetividade em suas ações.

Como um primeiro resultado dessas ações de gestão do território, ocorre a expansão da agropecuária moderna no espaço regional de Brasília. Se, inicialmente, houve a implantação em alguns municípios, o processo se expande e passa a atingir um grupo de municípios a leste do Distrito Federal, referidos por Carvalho de Souza (2016) como sendo o arco da expansão da agropecuária moderna. Boa parte desse resultado tem ligação com a expansão do processo produtivo agrícola nesses espaços impulsionados pelas políticas de crédito agrícola e de desenvolvimento regional. O processo aparenta ocorrer descolado de um programa mais amplo de ordenação do espaço da região, em contradição com o que ocorreu no período passado e mais consonante com as perspectivas de desenvolvimento dentro do neoliberalismo.

O segundo processo resultante é a expansão metropolitana de Brasília. No período anterior, tal expansão teve como base inicial o avanço para o sul do Distrito Federal, atingido o então território do município de Luziânia. No atual período o processo reforça a tendência rumo ao sul (cuja uma das consequências foi a divisão do território de Luziânia em diversos municípios – muitos deles antigos conjuntos habitacionais), porém apresentando outros eixos: à oeste, em direção à Águas Lindas de Goiás e Cocalzinho de Goiás; à norte, em direção à Planaltina. A tendência de ampliação repete o processo ocorrido ao Sul, no sentido de ocorrer em torno dos grandes corredores rodoviários que ligam a cidade ao restante do país (Anjos, 2010). Além do processo de expansão horizontal da cidade, há o adensamento e verticalização de espaços, sinal da valorização da terra. Resende & Cidade (2013) apontam para a ocorrência disto também nos espaços da periferia goiana (como é nítido o caso de novos conjuntos habitacionais em Valparaíso). Em certo sentido, se mantém e se amplia a questão da segregação por conta do valor da terra, que passa a ocorrer em uma escala ampliada. Por outro lado, parte da expansão, em especial nos municípios da periferia goiana tem ligação com projetos do Programa Minha Casa Minha Vida, cujo um dos traços é justamente a expansão dos tecidos urbanos.

A Figura 2 aponta para a ocorrência destes dois processos no espaço da RIDE-DF, proposto por Carvalho de Souza (2016). Claramente, como se viu, a ocorrência da expansão da agropecuária moderna se dá em espaço mais alargado que o proposto por essa regionalização, demandando outros recortes para que seja mais bem compreendida.

Processos estruturantes do espaço da Ride-DF

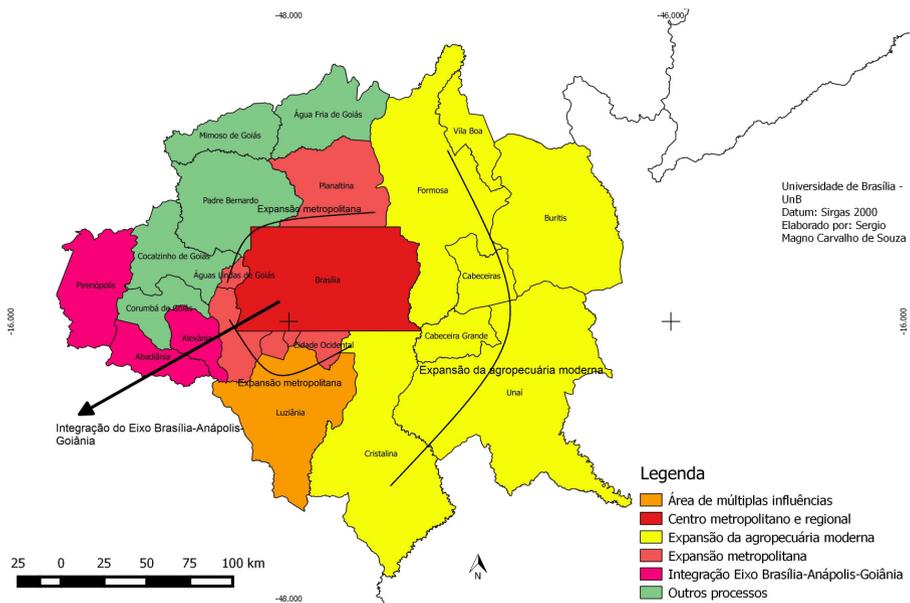


Figura 2 – Processos estruturantes da RIDE-DF. Fonte: Carvalho de Souza, 2016.

4. TENDÊNCIAS DA ATUAL EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA MODERNA NA REGIÃO AMPLIADA DE ARTICULAÇÃO DE BRASÍLIA

A partir das limitações de análise impostas para o recorte da RIDE-DF, busca-se extrapolar o grupo de municípios ali elencado, compreendendo que a influência regional da metrópole brasiliense abarca espaços do nordeste goiano e noroeste mineiro. Um recorte útil para tanto, por estar baseado na própria hierarquia urbana

brasileira e em seu espaço de extensão, é o proposto na pesquisa “Divisão Urbano-Regional” do IBGE (2013). Nela é proposta como regionalização a articulação de frações da rede urbana brasileira para as 12 cidades consideradas metrópoles (e ainda Cuiabá e Porto Velho, de nível capital regional), com os municípios pertencendo a apenas uma das regiões propostas (não há superposição). Na escala mais abrangente são definidas, assim, 14 Regiões Ampliadas de Articulação Urbana. Há ainda a escala das regiões intermediárias de articulação, que contém as capitais regionais A, B e C e os centros sub-regionais. Finalmente, há regiões imediatas de articulação, com os municípios definidos como centros sub-regionais A e B e centros de zona A e B. A Figura 3 apresenta os municípios integrantes da Região Ampliada de Articulação de Brasília.

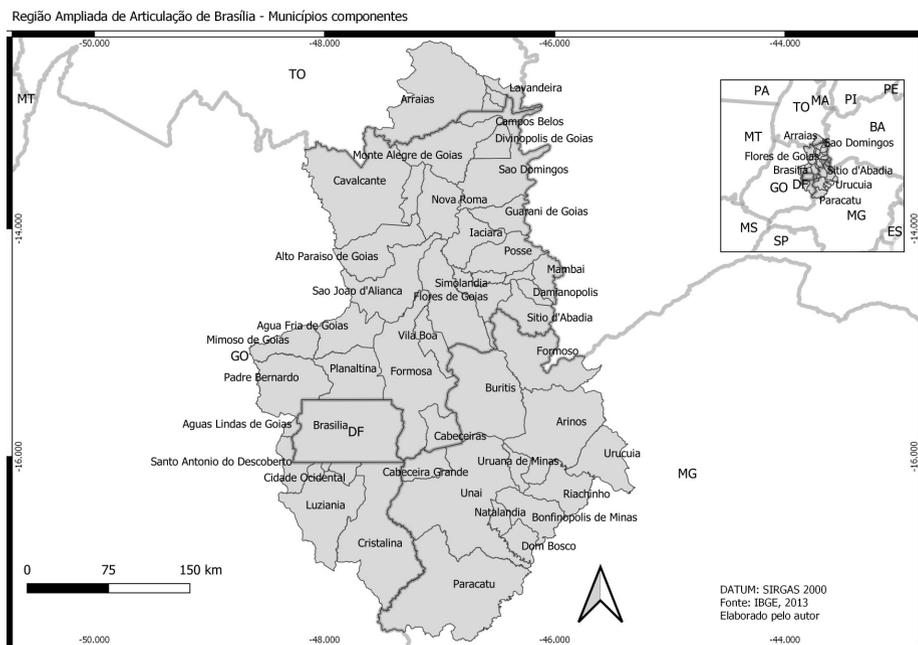


Figura 3 – Municípios pertencentes à Região Ampliada de Articulação de Brasília.
Fonte: IBGE, 2013.

O mapa da Figura 4 apresenta os resultados da análise do VAB do setor agropecuária ao PIB dos municípios, constituindo a etapa preparatória para o estudo específico dos produtos da agropecuária moderna, conforme descrito anteriormente.

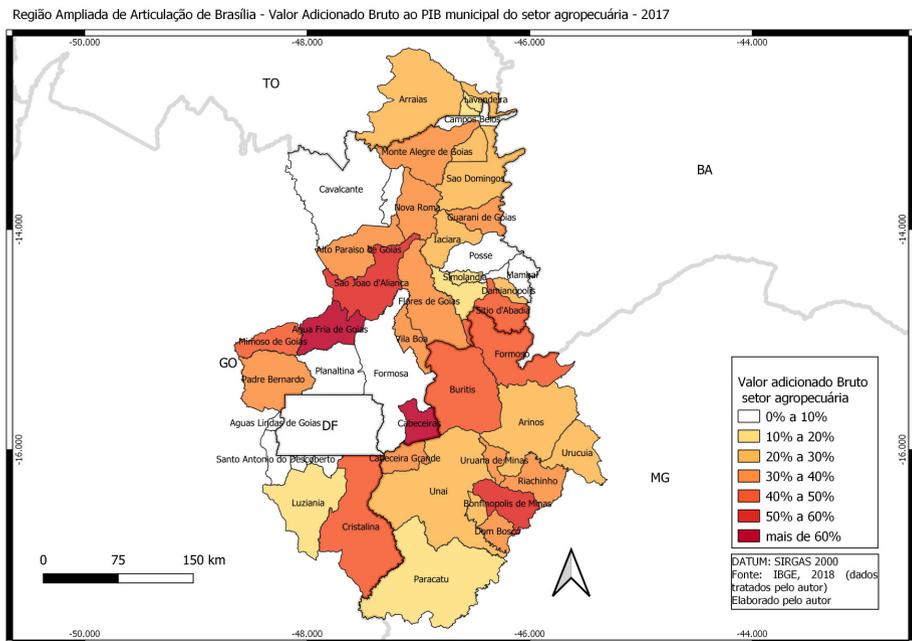


Figura 4 – Valor Agregado Bruto do setor agropecuária no PIB dos municípios da Região Ampliada de Articulação de Brasília.

Os dados do VAB ao PIB dos municípios do setor agropecuária demonstram elevada participação em dois municípios: Água Fria de Goiás e Cabeceiras, com cifras acima de 60%. Aparecem ainda com destaque os valores nos municípios de Bonfinópolis de Minas, Cristalina, Buritis, Formoso, Sítio d'Abadia, São João da Aliança e Mimoso de Goiás. Os valores são claramente reduzidos em Brasília e em seus municípios vizinhos, com destaque para o caso de Formosa – isso provavelmente se deve a uma economia ligada à agropecuária, mas no âmbito dos

serviços. Outro centro importante para a agropecuária moderna (especialmente por sua ligação com o oeste baiano), Posse, no eixo da BR 020, apresenta baixa participação do setor agropecuária em seu VAB, o que aponta para a repetição do caso de Formosa (estão ligados à agropecuária, mas como centros de serviços). É possível analisar ainda que, mesmo em municípios com destacada atividade agropecuária e reduzida participação desta no VAB municipal, estes podem ter economias urbanas mais consolidadas e dependentes do terciário. Algo parecido costuma ocorrer com municípios pequenos – neste caso, o terciário com maior participação é aquele com origem em recursos públicos (é comum em pequenos municípios a Prefeitura ser a principal empregadora). De um modo geral, a atividade agropecuária tem valor importante na economia dos municípios pesquisados, a exceção do espaço mais metropolizado e alguns outros centros urbanos.

A Figura 5 apresenta a primeira análise dos dados do Censo Agropecuário IBGE de 2017, na forma de gráfico com os percentuais, para toda a região, do valor produzido das lavouras temporárias, por produto cultivado. Os dados apontam para a predominância dos cultivos de soja em grãos (responsável por 47,80%) e milho em grãos (19,07%), reproduzindo a tendência de expansão da agropecuária moderna nos Cerrados brasileiros.

Considerando os resultados da etapa anterior, são apresentados os resultados para a soja em grãos, por meio do mapa da Figura 6. Os resultados apontam para valores mais elevados em Cristalina (o máximo, com 19,99%) e ainda Unai (13,82%), Paracatu (11,54%), Buritis (9,68%) e Brasília (9,23%). A concentração da produção nesses municípios sugere a formação de um arco produtivo, sendo surpreendente, em algum grau, a participação do Distrito Federal em tal resultado. Há destaque, ainda, para o caso aparentemente isolado de Água Fria de Goiás, podendo indicar uma concentração secundária dessas atividades ao norte do Distrito Federal.



Figura 5 – Gráfico contendo o valor da produção das lavouras temporárias nos municípios da Região Ampliada de Articulação de Brasília em 2017.

Região Ampliada de Articulação de Brasília - faixa de percentual do valor da produção, por município - soja em grãos (2017)

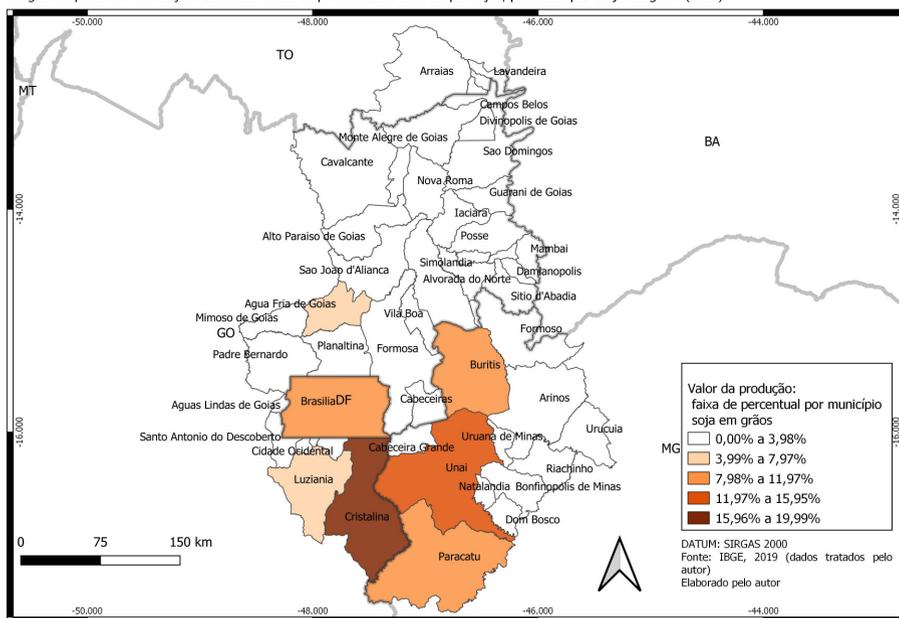


Figura 6 – Participação, por município, do valor da produção de soja em grãos, por faixa de percentual – 2017. Fonte: IBGE, 2019.

O resultado para a outra atividade ligada às lavouras temporárias, milho em grãos, apresentado no mapa da Figura 7, demonstra tendências muito próximas do caso da soja em grãos. Destacam-se os mesmos municípios: Cristalina (20,43%), Unai (14,97%), Paracatu (11,38%) e Brasília (10,98%). Dessa forma, os principais produtos da agricultura moderna, nas lavouras temporárias, apresentam concentração em municípios à leste e sudeste do Distrito Federal, com evidente destaque para Cristalina, que se torna altamente especializada no cultivo de grãos.

Região Ampliada de Articulação de Brasília - faixa de percentual do valor da produção, por município - milho em grãos (2017)

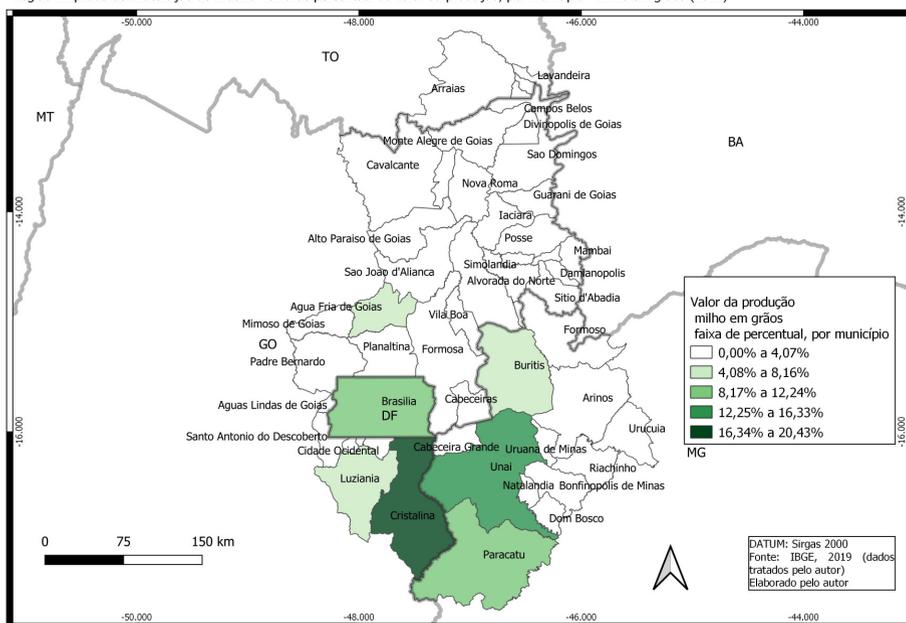


Figura 7 – Participação, por município, do valor da produção de milho em grãos, por faixa de percentual – 2017. Fonte: IBGE, 2019.

Uma análise conjunta dos resultados dos produtos das lavouras temporárias indica haver uma tendência de concentração em um grupo de municípios vizinhos ao Distrito Federal, em sua porção sudeste (e que inclui seu território também). É

possível, dessa forma, falar num padrão espacial comum para o complexo de grãos existente na região de estudo. Há uma tendência de localização ainda concentrada nesses espaços, com reduzida participação do restante dos municípios da região em estudo. A expansão de certa forma se caracteriza na medida em que de um grupo inicial de municípios beneficiados com as políticas do Governo Federal na década de 1970 (casos de Unai e Paracatu), há uma expansão para outros, como nos casos de Cristalina, Buritis e o próprio Distrito Federal. O caso do Distrito Federal, centro da metrópole de referência da região, demonstra haver proximidade com os espaços próprios da agropecuária moderna (tende também a ocorrer em Luziânia, atingida pela expansão metropolitana brasiliense). Isso permite pelo menos apontar uma “vizinhança” entre o espaço metropolizado e o da agropecuária moderna. Uma possível explicação para tal fator reside, além da herança do processo histórico, na atuação dos mencionados mecanismos de crédito e subvenção do Estado, por meio de seus fundos públicos. Com a ausência de um instrumento de planejamento regional mais robusto, a tendência de concentração em um certo grupo de municípios, com melhor infraestrutura, proximidade aos grandes eixos rodoviários e histórico de atuação no setor, se reforça.

Para o caso da pecuária, o cálculo do peso dos setores, realizado a partir do número de cabeças, apontou para dados significativos dos rebanhos bovinos (14,10% das cabeças) e de aves (avicultura, com 83,04% das cabeças). O número de cabeças de outros rebanhos não chegou a 1%, a partir do tratamento dos dados do número de cabeças extraído do Censo Agropecuário IBGE de 2017, com exceção dos suínos (ainda assim com valor muito baixo, de 1,45%).

A Figura 8 apresenta os resultados para o valor de venda de cabeças de bovinos. Em uma primeira análise fica claro que, em termos de valor de venda das cabeças, há uma dispersão bem maior, além de menor associação com a agricultura (Cristalina e Brasília, por exemplo, aparecem com reduzidos percentuais). Destaca-

se aí Formosa (11,18%), Iaciara (6,87%) e Unai (6,33%). Há uma associação mais clara da atividade pecuária com o espaço do Vão do Paranã. Há ainda destaque para dois municípios próximos de Brasília – Padre Bernardo e Luziânia.

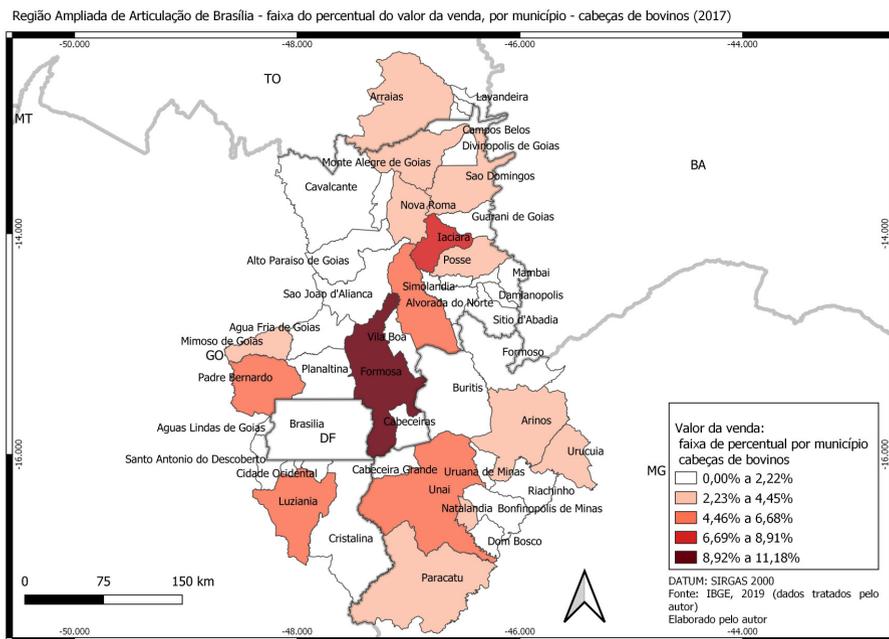


Figura 8 – Participação, por município, do valor da venda de cabeças de bovinos, por faixa de percentual – 2017. Fonte: IBGE, 2019.

Os resultados para a venda das cabeças de bovinos sugerem uma atividade muito mais espalhada, na região em estudo, do que no caso do milho e soja em grãos, sendo mais difícil estabelecer um padrão claro de concentração ou de expansão. Recuperando a análise do VAB ao PIB dos municípios, vê-se que essa atividade é essencial em muitos dos municípios que apresentavam alta participação do setor agropecuária. É possível inferir que ele seja, nesse sentido, um dos principais sustentáculos para aquele dado, sendo essencial para a região. Há ainda importância da participação em alguns dos municípios onde a soja e o

milho em grãos são de importância (Unai e Paracatu, por exemplo, e municípios vizinhos). Outra coisa a se notar é que a pecuária bovina tem longa tradição na região, como atesta Miragaya (2010), o que pode apontar para uma atividade permanente de períodos anteriores e, por isso, menos afetada pela modernização.

A Figura 9 apresenta os resultados para o valor da produção de leite. Há uma forte concentração em Unai (22,21%) e Paracatu (17,69%), apontando para a especialização na produção leiteira na região – é nessa região onde se encontram importantes laticínios que abastecem o mercado de Brasília. É possível perceber ainda a inexistência dos cinco intervalos de valor, apontando para a uma maior concentração nos principais municípios – os dois mencionados concentram mais de um terço do valor da produção.

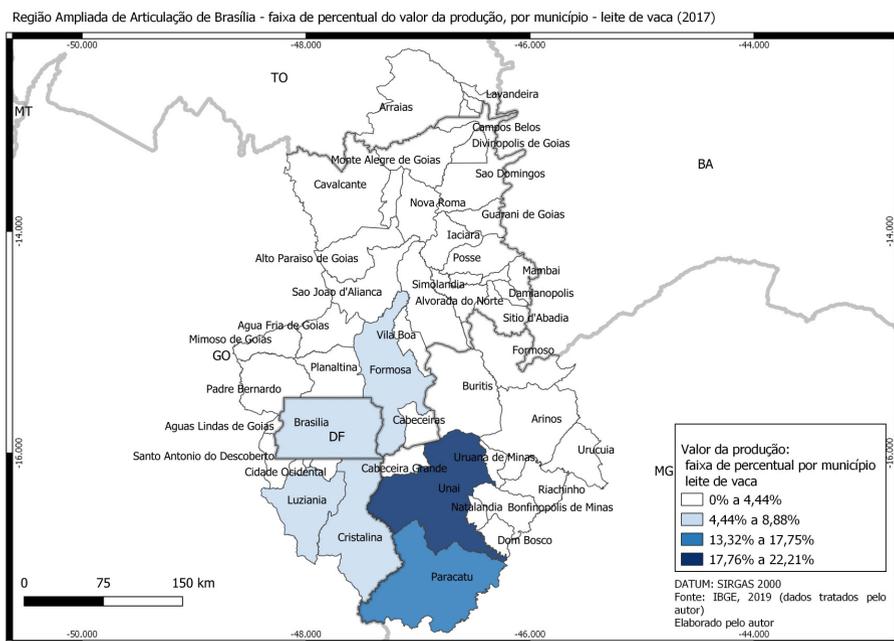


Figura 9 – Participação, por município, do valor da produção de leite de vaca, por faixa de percentual – 2017. Fonte: IBGE, 2019.

Os resultados do valor da produção de leite de vaca demonstram um padrão espacial muito próximo daquele dos grãos, anteriormente analisados. A produção leiteira nessa região é de importância, especialmente por conta dos laticínios existentes em Paracatu e da cadeia produtora que ela estabelece com os produtores da região. Um dos principais mercados consumidores é justamente Brasília e seu espaço metropolizado⁴. Considerando a modernização requerida para a produção dos derivados do leite (desde a ordenha, obrigando a adequação dos produtores), há coincidência entre a atividade agrícola modernizada dos grãos e da produção leiteira num grupo de municípios quase idêntico.

Para o caso da avicultura, a Figura 10 apresenta os resultados para o valor de venda de cabeças de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos. Os dados apontam para uma elevada concentração em Brasília (65,66%), quase dois terços de todo o valor da região. Com algum destaque aparece Luziânia, com o valor de 13,82%. O padrão espacial é bastante oposto do que ocorre com a pecuária bovina, no qual se verificou uma grande distribuição das atividades e com vários municípios com valores significativos. Além disso, apenas três faixas de valor aparecem com representação, estando a grande maioria dos municípios na primeira e mais baixa faixa. Além de haver maior concentração, ela ocorre em dois espaços associados ao espaço metropolizado de Brasília, o que sugere ter a maior parte do produzido voltado para o consumo nesse mesmo espaço. Esse é um ponto de diferenciação com o caso do leite de vaca e dos grãos, que apresentam concentração espacial, porém de forma mais significativa em municípios não ligados (ou não inseridos) no espaço metropolizado.

⁴Tal situação foi verificada a partir de visita técnica realizada à Produtos Paracatu – fornecedora de laticínios – em dezembro de 2018.

Região Ampliada de Articulação de Brasília - faixa de percentual do valor da venda, por município - cabeças de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos (2017)

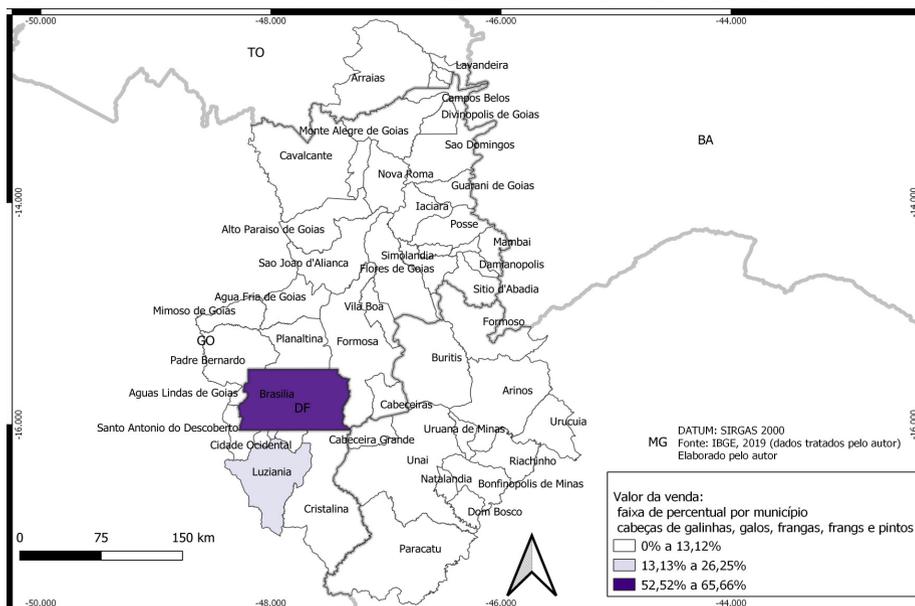


Figura 10 - Participação, por município, do valor da venda de cabeças de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, por faixa de percentual – 2017. Fonte: IBGE, 2019.

Para o caso do valor da venda de ovos, o mapa da Figura 11 apresenta os resultados. De certa forma, os resultados são parecidos com aqueles da venda de cabeças de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, na medida em que há uma concentração em três municípios: Brasília (35,55%), Formosa (26,15%) e Luziânia (24,42%). Tal dado consolida a ideia de uma atividade muito concentrada, em contraste com o que ocorre com os bovinos (não tanto em relação ao valor da produção de leite de vaca). O padrão espacial é bastante parecido com o do valor da venda de cabeças de aves, demonstrando não haver uma dissociação entre as atividades de corte e a produção de ovos (novamente associada a espaços afetados pela metropolização⁵). Dessa forma, no caso da

⁵O caso de Formosa fomenta grande debate, sobre sua inserção ou não no processo de metropolização de Brasília. O município está inserido na AMB, porém Carvalho de Souza (2016) indica ter o município a função de fornecimento de serviços e apoio à expansão da agropecuária moderna na região em estudo.

avicultura, há um padrão concentrado, associado, entretanto, aos municípios ligados contidos no espaço metropolizado de Brasília. Esse convívio faz sugerir a existência de um espaço de modernização da agropecuária, em função da provável criação em espaços menores de mais alta produtividade.

Região Ampliada de Articulação de Brasília - faixa do valor da venda, por município - ovos de galinha (2017)

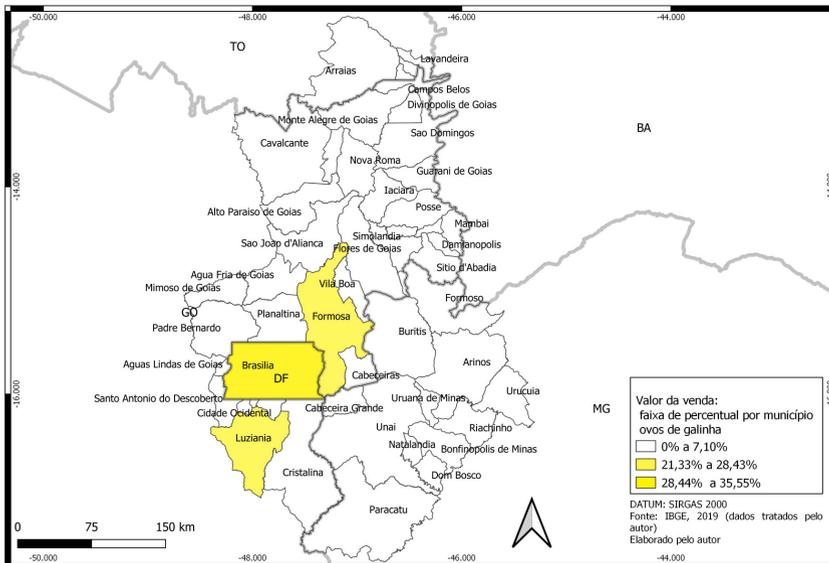


Figura 11 – Participação, por município, do valor da produção de ovos de galinha, por faixa de percentual – 2017. Fonte: IBGE, 2019.

Nesse sentido, os resultados das análises apontam, de forma geral, para as seguintes tendências: Cristalina surge como o principal município em relação à produção de grãos (tanto soja quanto milho); Paracatu e Unaí apresentam produção igualmente relevante de grãos, aliado a uma forte produção leiteira; Brasília possui uma relevante participação na produção de grãos e grande destaque na avicultura. Como eixos secundários podem ser apontados os municípios de Luziânia (com relevante participação na produção de grãos e

em alguns setores da pecuária, embora sempre com concentrações menores) e Buritis (com destacada participação na produção de grãos).

Em relação aos setores considerados, a produção de grãos está claramente concentrada num grupo de municípios à leste e sudeste do Distrito Federal: Cristalina, Paracatu, Unai, Buritis, Luziânia e o próprio território do quadrilátero. No caso deste último, parece claro o papel de uma agricultura mais modernizada que se desenvolve na porção mais oriental de seu território (Regiões Administrativas de Planaltina e São Sebastião). Em relação à pecuária bovina, há um padrão claramente desconcentrado, sendo a única atividade considerada na qual o nordeste goiano possui algum destaque. Já em relação à produção tanto de leite de vaca e de ovos de galinha, bem como da venda de cabeças de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, o padrão é de maior concentração, com municípios com histórico consolidado (produção de leite – Paracatu e Unai) e, para o caso da avicultura, Brasília e seu espaço metropolizado. Das atividades analisadas, apenas a venda de cabeças de bovinos tem maior correlação com a análise inicial proposta para o VAB ao PIB dos municípios, sugerindo que a produção de carne que pode estar a ela associada tenha menores elementos de modernização sendo importante na economia dos municípios menores.

O mapa da Figura 12 apresenta uma síntese dos mapas anteriormente apresentados e das tendências acima numeradas, buscando identificá-las espacialmente. Em uma primeira análise, o mapa sugere a localização de um arco produtor de grãos, nos municípios a leste/ sudeste de Brasília que tem se destacado em tal atividade. Outro destaque é a sugestão de um eixo da pecuária bovina tradicional, identificado mais claramente no nordeste goiano. Essa é ainda importante nos municípios de Padre Bernardo e Luziânia, vizinhos ao Distrito Federal. Luziânia apresenta também destaque na avicultura.

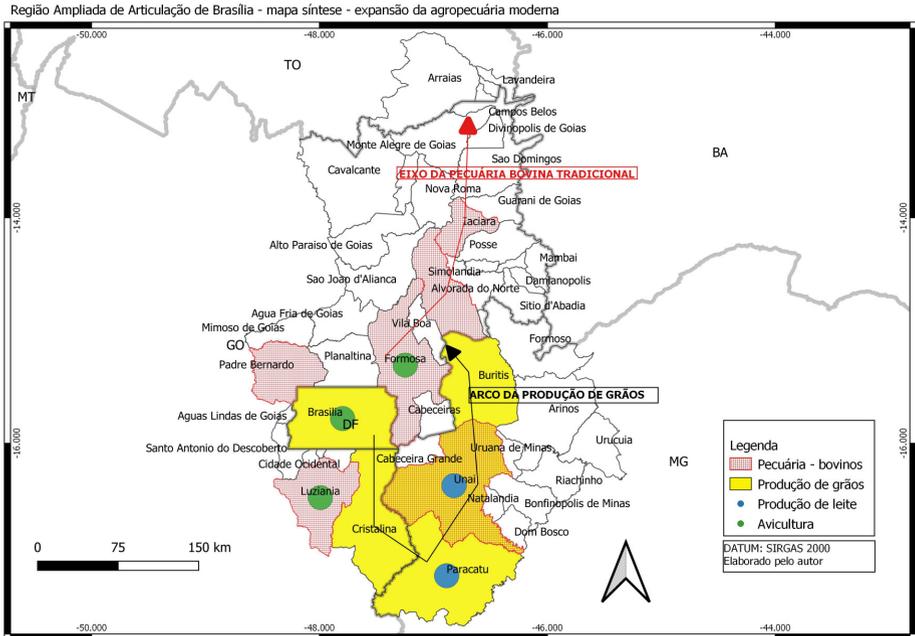


Figura 12 – Mapa síntese das atividades da agropecuária moderna na Região Ampliada de Articulação de Brasília.

É possível visualizar, assim, uma concentração no processo de expansão da agropecuária moderna na região em estudo, com alguns espaços nitidamente pouco participantes, especialmente os do nordeste goiano, os do Estado de Tocantins, muitos do noroeste mineiro (à exceção de Paracatu, Unai e Buritis) e os municípios menores do espaço metropolizado por Brasília. Desconsiderando o último caso (já esperado, pelo predomínio da economia metropolitana), fica claro que há indícios da expansão do processo de modernização da agropecuária moderna, mas não de forma ampla para toda a região estudada. Há uma convergência espacial de atividades, principalmente, no Distrito Federal, Cristalina, Paracatu e Unai, que se mostram como os espaços de expansão das atividades agropecuárias modernas. Considerando as atuais características do processo produtivo desses setores, parece estar aí a área core da modernização

na região em estudo. Há, contudo, a formação de um “buraco” nessa sub-regionalização, representado pelos casos de Cabeceiras e Cabeceira Grande, municípios de reduzida população e que podem estar participando de forma periférica dessa tendência maior. É possível, ainda, um questionamento da ideia de um avanço mais uniforme das culturas de grãos em direção ao nordeste goiano e oeste baiano, em torno da BR 020. Como se viu, há espaçamento entre o arco de grãos entre Cristalina, Paracatu, Unaí, Buritis⁶ e o Distrito Federal e a dinâmica que vem ocorrendo no oeste do território baiano, não sendo uniforme o processo de avanço em torno da BR 020⁷. O próprio município de Formosa não apresenta dados significativos nesse sentido, o que permite repensar a extensão do arco da agropecuária moderna, conforme proposto por Carvalho de Souza (2016)⁸, além da necessidade de que seja melhor qualificado quanto as suas possíveis heterogeneidades. É possível dizer o mesmo do município de Posse, que é vizinho aos municípios baianos do complexo de grãos e não possui em seu território uma participação mais expressiva desse setor. Isso leva a uma reflexão mais ampla sobre como as atividades da agropecuária moderna, especialmente o complexo de grãos, se reproduz no espaço, vez que a ideia de eixo pode ser questionada em favor de uma perspectiva de nucleações mais esparsas e fragmentadas.

O mapa permite ainda depreender uma proximidade da moderna agropecuária com os espaços metropolizados. Ainda que os dados relativos ao VAB ao PIB não apresentem maior participação do setor agropecuário no caso do Distrito

⁶ Uma outra questão para esse rol de municípios, especialmente os de porte médio como Unaí e Paracatu, é que eles cada vez mais se assemelham ao conceito de “cidades do agronegócio” proposto por Elías & Pequeno (2007): tornam-se as pontas de lança do comando de um processo coordenado em escalas superiores, atendendo interesses alheios ao da região.

⁷ Essa rodovia federal corta, a partir do Distrito Federal e em direção ao Estado da Bahia, os seguintes municípios: Formosa, Vila Boa, Flores de Goiás, Alvorada do Norte, Simolândia e Posse.

⁸ Os municípios de Vila Boa, Cabeceiras e Cabeceira Grande igualmente apresentam reduzida expressividade em relação aos dados analisados.

Federal e dos municípios metropolizados mais próximos, a análise posterior deixou claro seu importante papel nas tendências da agropecuária moderna. Isso se dá ao se analisar os casos: do próprio Distrito Federal, onde se verifica a já mencionada participação na produção de grãos, além da importância da avicultura; de Luziânia e Formosa, onde há importância da avicultura e da pecuária de bovinos. Para a avicultura, parece ter importância a proximidade ao espaço metropolizado, em especial de suas franjas, sendo exemplo claro o caso de Luziânia. Esses dois últimos municípios não possuem a mesma importância na produção de grãos e estão mais associados à pecuária. Quanto à relação com outros municípios afetados pela metropolização e com menor território, há os casos de Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Valparaíso e Planaltina que pouco participam do processo, mantendo um papel mais claro de periferias metropolitanas. Essa forma de convívio dos espaços metropolizados com a moderna agropecuária – e as consequências das possíveis relações aí existentes – aponta ser uma das características do modelo de urbanização que vai sendo produzido nos Cerrados brasileiros, sendo o estudo de Haddad & Moura (2016) para o caso de Goiânia⁹ uma boa orientação sobre as tendências em espaços metropolitanos.

Por fim, o eixo da pecuária bovina tradicional aponta para importante participação dos municípios de Flores de Goiás e Iaciara (além de Formosa, que parece dividida entre a tendência de eixo da pecuária e a proximidade com a metrópole de Brasília). Considerando o caráter concentrador da produção de grãos, da produção leiteira e da avicultura, tal atividade destoa das tendências de modernização. A exceção a tal regra é Unai, que possui também importância na pecuária bovina (este município dá mostras de ser o principal centro produtivo da

⁹Entre outros resultados, o mencionado trabalho aponta para modificações na dinâmica do mercado imobiliário em Goiânia e nas tendências de expansão da metrópole como influência do avanço da agropecuária moderna no Estado de Goiás.

agropecuária da região). A tendência, para o caso da pecuária bovina tradicional leva à confirmação do quadro apontado por Barreira (2002) há quase vinte anos, para os municípios do nordeste goiano (ou mais especificamente do Vão do Paraná, mas com uma tendência comum para os municípios vizinhos). Os resultados mais recentes confirmam a permanência da importância da atividade da pecuária bovina naquela região, sendo a única atividade analisada com concentração expressiva aí. Essa atividade foi a única com maior tendência de desconcentração espacial, o que sugere ser menos modernizada do que as outras atividades analisadas e uma herança quase secular da ocupação da região (Miragaya, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo traçado e da premissa posta, é possível afirmar que os resultados obtidos apontam na direção considerada inicialmente pelo trabalho, especialmente a partir da concentração das atividades mais modernas no Distrito Federal e em alguns municípios à sudeste desse. Na maior parte dos municípios analisados, houve pouca ou reduzida participação nas atividades selecionadas para estudo, revelando o padrão concentrador do processo de modernização agrícola. Mesmo a própria expansão é bastante contida ao se considerar a região em estudo, dadas as ações do Governo Federal na década de 1970, verificando-se que os polos iniciais da atividade agrícola moderna não induziram uma ampla expansão. Outros achados do trabalho foram ainda a proximidade do processo em relação à Brasília, com participação importante do Distrito Federal e de outros municípios envolvidos no processo de metropolização nos resultados dos valores de produção analisados; a relativização do padrão de expansão em eixo da agropecuária moderna nos Cerrados brasileiros, especialmente em torno da BR 020 e em direção ao oeste baiano; a manutenção da pecuária como atividade essencial no nordeste goiano e como herança de períodos anteriores.

Como consequência das constatações acima, há a necessidade de se avançar na compreensão da efetiva relação entre a Brasília metrópole e a expansão da moderna agropecuária em seu espaço de influência. A metodologia utilizada foi eficaz em apontar as tendências e uma espacialização prévia das atividades. Ela deverá ser complementada com outras análises, como das redes/ circuitos produtivos dos produtos analisados e a relação dessas com Brasília, ou ainda um estudo mais aprofundado da cobertura e uso do solo da região estudada (o que permitirá maior precisão sobre os efetivos locais de ocorrência da modernização agrícola).

Outra consequência é o questionamento em torno dos motivos para que o processo de modernização seja incapaz de se difundir sobre espaço mais amplo e de conseguir uma formação em torno de um eixo. Obviamente a discussão sobre a modernidade como sendo pontual e espacialmente seletiva é base para qualquer reflexão nesse sentido; por outro lado, é necessário melhor analisar algumas variantes regionais. Essa agenda impõe mesmo a necessidade de maior reflexão sobre espaços com pouco repertório de estudos acadêmicos – na região em estudo, fica um tanto evidente a necessidade de estudo mais pormenorizado da dinâmica do nordeste goiano. Não está claro, por exemplo, se para esta região isso é resultado da seletividade espacial da modernização agrícola ou se há outros fatores, como por exemplo a infraestrutura, considerando ser ela composta por municípios pequenos e com redes (como a viária) precárias em alguns aspectos.

Finalmente e considerando a questão das políticas públicas, os resultados apontam para a necessidade de se buscar uma reabilitação da política regional (desenvolvimento regional) para o espaço de Brasília, em especial da RIDE-DF, considerando ser esse o espaço instituído para tal. Conforme demonstrado, há a ocorrência de processos para além da pura dependência em relação a Brasília, que, contudo, não atingem a total extensão do espaço em questão. Novamente

é gritante a lacuna de ações sobre o nordeste goiano e o espaço tocantinense analisado, formado por uma rede urbana de pequenos municípios muito dependentes de Brasília. Isso demanda, obviamente, repensar também as escalas de atuação, claramente limitadas. Ao mesmo tempo, permanece a contradição de fundos de desenvolvimento regional, como o FCO, apropriados em largas fatias por setores da agropecuária moderna. Além disso, não se pode perder de vista os problemas ocasionados pelo próprio avanço da agropecuária moderna, que tende a criar uma relação de dependência de seus espaços produtivos em relação à esta atividade econômica. Não se enxerga no pleno avanço da modernização agrícola um fator de amplo desenvolvimento regional – as evidências deste estudo apontam para o justo oposto. Mas é essencial se pensar em formas de redução das dependências econômicas em torno de centros urbanos maiores, especialmente de seus serviços, por meio da formação de uma rede de cidades menos macrocéfala (aliás, um dos pontos da mais recente PNDR, anteriormente comentada). Além da melhoria nas redes de serviços, urge pensar outras atividades e formas de desenvolvimento das economias locais, com maior capacidade de dinamização interna - para além da eterna espera pela “escolha” pelo moderno agronegócio.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, R. A. A. (2010). Monitoramento do crescimento e vetores de expansão urbana de Brasília. In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U (orgs.). *Brasília 50 anos: a capital e a metrópole*. Brasília: EdUnB, p. 369-396.
- ARRAIS, T. P. A. (2007). Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. Mercator – *Revista de Geografia da UFC*, vol. 6, nº 12, p. 25-36.

- BARREIRA, C. C. M. A. (2002). *Vão do Paranã: a estruturação de uma região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Universidade Federal de Goiás.
- BECKER, B.; EGLER, C. (1993). *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRASIL. (1996) Lei nº 9.276, de 9 de maio de 1996. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/1999 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 de maio de 1996.
- _____. (1998). Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 de maio de 2013.
- _____. (2007). Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de fevereiro de 2007.
- _____. (2019). Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Diário Oficial da União – Edição Extra*, Brasília, 30 de maio de 2019.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. T.; VIEIRA FILHO, J. E. E. (2018) A economia agropecuária do Matopiba. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, nº 2, p. 376-401.
- CARVALHO DE SOUZA, S. M. (2016). *Reestruturação produtiva, produção de subcentros e desigualdades socioespaciais na Ride-DF*. 321p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília.
- _____. (2017). Gestão regional e metropolitana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF): arranjo institucional, agentes e políticas públicas. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, v. 6, p. 09-28.

- CASTELLS, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- CAVALCANTI, M.; BARREIRA, C. C. M. A. (2011). Ações da Sudeco no desenvolvimento do Centro-Oeste no Estado de Goiás. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 31, nº 2, p. 179-191.
- CHESNAIS, F. (2005) O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo.
- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). (1997). *Delimitação do espaço metropolitano de Brasília: estudo preliminar para subsidiar a proposta de criação da Região Metropolitana de Brasília*. Brasília: CODEPLAN.
- _____. (2014). Nota Técnica nº 1/2014. *Delimitação do espaço metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília)*. Brasília: CODEPLAN. Disponível em: < <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Delimita%C3%A7%C3%A3o-do-Espa%C3%A7o-Metropolitano-de-Bras%C3%ADlia-AMB.pdf> >. Visto em março de 2020.
- DICKEN, P. (2011) *Global shift: mapping the changing contours of the world economy*. Nova Iorque: The Guilford Press.
- ELIAS, D. (2006). Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista Nera*, nº 8, p. 29-51.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. (2007). Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, nº 1, p. 25-39.
- FARIA DE JESUS, L. C. (1988). *A ocupação dos cerrados – o Polocentro e seus impactos em Minas Gerais*. 85p. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- FERREIRA, I. C. B. (1985). O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, A. (org.) *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Projeto, p. 61-81.
- FERREIRA JÚNIOR, S.; BAPTISTA, A. J. M. S.; LIMA, J. E. (2004) A modernização agropecuária nas microrregiões do Estado de Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 42, nº 1, p. 73-89.
- FREITAG, P. B. (2012). *A institucionalização do planejamento regional de Brasília: o Fundefe e o Pergeb sob a lógica da metropolização*. 156p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília.
- HADDAD, M. B.; MOURA, R. (2016). Dinâmicas de expansão do arranjo urbano-regional Brasília-Anápolis-Goiânia. *Cadernos Metrópole*, 2016, nº18, p. 583-603.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2008). *Região de Influência das Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf> >. Visto em março de 2020.
- _____. (2013). *Divisão Urbano Regional*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15777-divisao-urbano-regional.html?=&t=o-que-e> >. Visto em março de 2020.
- _____. (2017). *Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediária 2017*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600> >. Acesso em abril de 2020.
- _____. *Produto Interno Brutos dos Municípios*. (2018). Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Visto em março de 2020.
- _____. *Censo Agropecuário 2017* (2019). Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> > Visto em março de 2020.
- LENCIONI, S. (2015). A urbanização difusa e a constituição de megaregiões. *Revista*

E-Metropolis, nº 22, ano 6, p. 6-15.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER); SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO). (1975). *II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de ação do Governo para a Região Centro-Oeste*. Brasília: SUDECO.

MIRAGAYA, J. F. G. (2010). Dos bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central brasileiro anterior à fundação de Brasília. In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U (orgs.). *Brasília 50 anos: a capital e a metrópole*. Brasília: EdUnB, p. 55-93.

PAVIANI, A. (1985). A metrópole terciária. In: _____. (org.) *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Projeto, p. 83-116.

_____. (1988). *Brasília a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: EdUnB.

RESENDE, L. G; CIDADE, L. C. F. (2013) Adensamento, dispersão e pressões na Brasília metropolitana. *Brasília em Debate*, Brasília, n. 4, p. 13-18.

SALAMA. P. (2016). Reprimarização sem industrialização, uma crise estrutural no Brasil. *Argumentum*, v. 8, n. 2, p. 127-139.

SANTOS, M. (2008). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EdUSP.

SANTOS, M. A. S.; SANTANA, A. C.; RAIOL, L, C, B. (2011). Índice de modernização da pecuária leiteira no estado de Rondônia: determinantes e hierarquização. *Perspectiva Econômica*, v. 7, nº 2, p. 93-106.

SASSEN, S. (1991). *Cidades na economia mundial*. São Paulo: Estudio Nobel.

SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E.; STORPER, M. (2001). Global city-regions. In: SCOTT, A. J. (org.) *Global city-regions: trends, theory, policy*. Oxford: Oxford University Press: p. 11-30.